ATA DA REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA Nº 005/2023 DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO - CAU/RJ, REALIZADA EM 9 DE MAIO DE 2023, FORMATO HÍBRIDO.

Aos nove dias do mês de maio de 2023 (dois mil e vinte e três), em primeira convocação às 16h, foi realizada, em formato híbrido (sede CAURJ/Zoom), a Reunião Plenária Ordinária do CAU/RJ, nº **005/2023**, **que teve início com a segunda convocação às 16h30**, sob a coordenação do presidente Pablo Benetti. **1. Verificação do quórum:** A chefe de gabinete Patrícia Cordeiro procedeu à verificação do **Quórum** fazendo a chamada dos **Conselheiros Titulares:** Ângela Botelho, Cárin Regina D'Ornellas, Leonam Estrella Figueiredo, Lucas Alencar Faulhaber Barbosa, Luciana da Silva Mayrink, Luiz Damião Teixeira da Silva, Marcus Pedro Oneto Fiorito, Noêmia Lúcia Barradas Fernandes, Pablo Cesar Benetti, Rodrigo C. Bertamé Ribeiro, Rosemary Compans da Silva, Sandra Regina de B Sayão Ferreira, Simone Feigelson Deutsch, Tayane de Mello Yanez Nogueira, Tereza Cristina dos Reis, Vicente de Paula Alvarenga Rodrigues**. Conselheiros com Ausência Justificada:** Alyne Fernanda Cardoso Reis, Henrique Gaspar Barandier, Leila Marques da Silva, Marta Regina Ribeiro Costa, Pablo Esteban Vergara Cerda, Paulo Oscar Saad, Rogério Goldfeld Cardeman, Tanya Argentina Cano Collado. **Licença:** Paloma Monnerat de Faria. **Conselheiros titulares ausentes:** Davide Siffert Dulcetti. Paulo Sérgio Niemeyer. **Conselheiros suplentes:** Tereza Cristina Alves Chedid, Sandra Hiromi Kokudai, João Henrique Prates Nogueira, Emily Caroline Leandro Castro, Sofia Eder, Fernando Henrique de A. G. Newlands, Luís Fernando Valverde Salandia. **Conselheiro suplente Ausente:** Gisele Raposo Labrea, Carlos Augusto Abreu. **Conselheiro suplente com Ausência Justificada:** Lília Varela Clemente dos Santos. **Quórum suficiente: 16 conselheiros (as) e 7 suplentes. Item 2 –** Execução do Hino Nacional**; Item 3 - Aprovação da Ata da Reunião Ordinária nº 004/2023 (11/04/2023).** Não tendo correções, a ATA foi colocada em votação obtendo **21 (vinte e um) votos favoráveis, nenhum contrário e 1 (uma) abstenção**. **4. Leitura de extratos e correspondências recebidas e/ou expedidas**. **5. Apresentação da Pauta e Comunicados Presidente**. **PAUTA:** 6. Ordem do Dia: 6.1. Relatório e voto processo 1431813/2021 – Conselheira Relatora Carin D'Ornellas; 6.2. Aprovação das contas do CAU-RJ-2022; 6.3. Debate sobre Plano Diretor. **Comunicados da conselheira federal Maíra Rocha.** Foram os seguintes: A conselheira informou sobre a participação do CAU na Marcha dos Prefeitos em Brasília, em que puderam discutir projetos relacionados à ATHIS, licenciamento simplificado e contratação de arquitetos para prefeituras de cidades pequenas. Houve distribuição de materiais e contatos com prefeitos de diversas regiões do país. 2 - Foram apresentadas emendas à reformulação do programa Minha Casa, Minha Vida, discutidas em audiência pública no Senado Federal. A conselheira destacou a importância de pautas como ATHIS, melhorias educacionais, regularização fundiária, aluguel social e arquitetura para saúde pública. 3 - Foi aprovada uma deliberação plenária relacionada à participação de arquitetos e urbanistas em atos terroristas de 8 de janeiro, autorizando a abertura de processo ético-disciplinar contra profissionais envolvidos. 4 - O CAU recebeu a visita da arquiteta e assessora especial do presidente Lula, com quem foram discutidos projetos, editais do Conselho, Microempreendedor Profissional (MEP) e ações relacionadas a ATHIS. 5 - Apresentação da proposta de ampliação da Lei Aldir Blanc para construção de centros

culturais e bibliotecas de parque. Destacou a importância de concursos de projetos para esses espaços. 6 - Conversa com o deputado Raymon sobre a reabertura de uma Frente Parlamentar Mista em Defesa da Reforma Urbana e dos Movimentos de Luta pela Moradia, relacionada aos 60 anos do evento da Reforma Urbana. 7 - Lançamento do Portal de Internacionalização pela Comissão de Relações Internacionais (CRI), uma ferramenta para apoiar arquitetos que atuam fora do país e promover interação entre profissionais. 8 - Preparação do Seminário Legislativo pela CRI, abordando pautas debatidas e apresentando o MEP e o projeto CAU Educa, relacionados à educação arquitetônica, urbanística e patrimonial para crianças nas escolas. 9 - Discussões na Comissão de Exercício Profissional, como descontos para cursos de Formação Continuada e a atualização da Resolução 47, que trata de diárias e auxílios para conselheiros. 10 - Estudos sobre a Resolução 200, que trata do superávit do CAU e sua utilização para ampliação de descontos nas anuidades e apoio a políticas de arquitetura. 11 - Preparação de encontro da diversidade pela Comissão Temporária de Políticas de Ações Afirmativas (CTPAF) para discutir políticas afirmativas dentro do Conselho e a criação de uma comissão especial. 12 - Proposta de Acordo de Cooperação Técnica entre o CAU, CONFEA e Ministério das Cidades para criar um termo de colaboração que facilite o contato entre moradores e profissionais para projetos de melhoria habitacional financiados. 13 - Lançamento do programa Minha Casa Minha Vida Retrofit, que visa utilizar imóveis vazios, resultado de discussões e propostas. A seguir, os **Comunicados do Presidente Pablo Cesar Benetti:** 1 - Reforma da sede: O presidente mencionou a necessidade de reformar a sede devido à falta de espaço para acomodar 10 novos funcionários que serão contratados após a conclusão do concurso. Além disso, destaca a correção de erros na planta atual, como a realocação de setores para áreas com janelas externas. 2 - Escritório de Campos: Foi inaugurado o escritório regional itinerante em Campos, com números promissores de atendimentos realizados no primeiro mês. A proporção de atendimentos em relação ao número de arquitetos ativos é comparada com a sede no Rio de Janeiro. 3 - Auditoria externa das contas: O parecer indica conformidade com as normas contábeis e destaca o correto cálculo dos encargos sociais e provisões. 4 - CAU na sua cidade: O presidente Pablo Benetti destacou o evento CAU na sua cidade, que será realizado em Rio das Ostras, com extensão para Macaé, Búzios e Cabo Frio. A programação inclui mesas de discussão sobre temas como patrimônio, turismo, software livre, precificação, assistência técnica, regularização fundiária e plano diretor. Também serão realizados minicursos, debates e uma rodada de arquitetos da região. Dando continuidade à Sessão Plenária, **6.1. Relatório e voto processo 1431813/2021 – Conselheira Relatora Carin D'Ornellas.** Relato: "Esse processo foi iniciado, comentário e voto, na plenária de abril. Hoje a gente vai fazer a conclusão baseada nas orientações, principalmente que eu tive durante esse período com a Milani Rossi. O voto continua o mesmo. Eu só coloquei mais artigos da nossa Lei 12378/2010 para compor melhor o voto que continua sendo o mesmo. Mas eu vou dar uma lembrada do que se trata, acho que é preciso. Então é um processo de um auto de infração, a ausência de RRT de execução. Então teve a intimação do fiscal e a profissional não deu retorno, até em função, como foi falado anteriormente na época da pandemia, e quando ela retornou e deu as explicações dizendo que ela não fez, que a obra já estava parada, realmente ela não tinha feito RRT, a obra estava paralisada, no total até hoje são quase 9 anos da obra paralisada, como aparece aí na tela, ela não apresentou nenhuma defesa até esta data, 31/03, após essa data ela apresentou, enviou um e-mail no endereço do CAU, explicando a dificuldade financeira dela para fazer essa RRT extemporânea, era dever dela como profissional, enfim, então foi dada a multa, a multa foi que ela deveria apresentar a RRT extemporânea. Então vamos lá. Vou ao meu VOTO diretamente, acho que está bem explicado, não sei se alguém tem mais alguma dúvida. Então eu coloquei aqui orientada pela Elaine Rossi, a fundamentação legal é encaminhamento para julgamento do plenário do CAURJ. Então considerando a Lei do CAU 12.378/2010, que estabelece – aí há vários artigos 45, 50 e 18 que falam sobre a exigência de fazer a RRT em qualquer atividade técnica do

profissional e a multa, caso não seja apresentado, então aqui a gente relata todos os porquês embasando o nosso VOTO, quer dizer o meu VOTO, esse voto já foi dado pela Comissão de Exercício Profissional e eu estou acompanhando o voto de manter a multa, e aí eu coloquei todos esses “considerandos”, incluí a Resolução 91, também que o que acontece que essa obra já está parada já alguns anos, então no momento que ela fizer o RRT extemporâneo, vai ser preciso que o (?) baixa por já ser uma obra ela que ela já não está atuando, já está uma obra paralisada, então são todos esses itens aqui, ela já não está em condição de responsabilidade técnica e a atividade já está paralisada. Não existe mais obra. Então já passou muito tempo. Então, resumindo, é obrigação do arquiteto urbanista como dispositivos legais acima como contratado para realização de uma atividade técnica emitir o RRT para aquela atividade, sendo este, ademais, um direito do contratante dos serviços. No mais, considerando o desligamento dessa arquiteta das atividades, abaixo do respectivo RRT, a respalda de seus limites e atuação para que, futuramente, a obra sendo retomada sem o seu conhecimento, a tal RRT, no caso extemporânea, não esteja vinculada a esse serviço, assim como a referida profissional. Como se trata de atividade de execução de obra, a lei obriga a RRT dessa atividade deveria ser emitida concomitantemente ao seu início. E caso não ser, a lei exige que este seja emitido na forma de extemporâneo, sendo informado a data, de fato, em que a atividade foi iniciada. Por fim, é importante destacar que sendo a obra retomada a qualquer tempo seja por outro profissional ou pelo mesmo, a sua continuidade deverá ser respaldada imediatamente por emissão de um novo RRT ou RT, assegurando a responsabilidade técnica daquele momento em diante, ou seja, ela deverá fazer um RRT até para dar condições da proprietária ou proprietário dar continuidade, se for o caso desejo de dar continuidade a essa obra paralisada há tantos anos (?) a qualquer reforma ou acréscimo. Então considerando que a profissional autônoma está com dificuldade financeira, como ela relata, não havendo condições para quitar, mesmo tendo muita vontade, VOTO pela manutenção da cobrança do RRT extemporâneo de execução, referente ao tempo em que esteve participando da obra, orientando que deverá ser executada a baixa desse RRT, informando a data de desligamento da profissional da atividade exercida pelo direito da proprietária a regularização da construção a continuidade da obra ou contratação de novo profissional, se assim a proprietária desejar. A profissional arquiteta e urbanista deverá entrar em contato com o CAU para que seja feito o planejamento para acordo e parcelamento da dívida, conforme foi orientada pelo gerente Ricardo. E é tudo”**.** Não houve inscrições para intervenções. Em votação, relato aprovado com **18 (dezoito) votos favoráveis, nenhum contrário e 2 (duas) abstenções. Item 6.2. Aprovação das Contas CAURJ ano 2022.** O **presidente Pablo Benetti** solicitou à conselheira titular **Tayane de M. Yanez Nogueira** fazer a leitura da ata da CPFI que aprovou as contas e, na sequência, os servidores Flávio e Ribamar fizeram breve exposição sobre a prestação de contas. “**Conselheira Tayane de M. Yanez Nogueira – Deliberação nº 002/3023-CPFI.** A Comissão de Planejamento e Finanças, por meio da reunião realizada em formato híbrido no dia 10 de abril de 2023, em sua Reunião Ordinária 004/2023, em uso das competências que lhe confere o regime interno do CAURJ. Considerando as demonstrações contábeis e exercícios 2022 apresentadas pelo contator José Ribamar do Amaral Cipriano e considerando a apresentação feita pelo gerente financeiro José Flávio Vidigal delibera: aprova a prestação de contas do CAURJ, referente ao ano de 2022: 4 votos favoráveis dos conselheiros Luciana Mayrink, Marcus Fiorito, Noêmia Barradas e Tayane Yanes que a aprovaram da forma apresentada. E 3 votos favoráveis dos conselheiros Carlos Abreu, Luiz Damião e Marta Regina, mediante envio de informações complementares. Pelo encaminhamento desta deliberação ao Conselho Diretor para conhecimento e homologação em plenário”. O **contador Ribamar do Amaral Cipriano** fez o seguinte relato: No ano de 2022, foi apresentado um superávit orçamentário de R$ 632.681,33. As receitas correntes do Conselho totalizaram R$ 13.866.401,67, provenientes de receitas com anuidade de pessoa física e jurídica, receita de serviços, receitas financeiras e outras receitas. As despesas correntes foram

de R$ 12.501.739,86, com destaque para contas com pessoal e encargos, material de consumo, serviços de terceiros, entre outras. As despesas de capital foram de R$ 731.980,00, principalmente devido à compra de equipamentos e material permanente. Após o encontro de contas, o superávit apurado foi de R$ 632.681,33. Comparando com anos anteriores, observa-se um aumento na arrecadação de anuidades de pessoa física em 2022, enquanto as anuidades de pessoa jurídica diminuíram. A arrecadação de receitas provenientes do RRT teve um aumento significativo, sendo a maior dos últimos anos. No total, a arrecadação de receitas em 2022 superou os anos anteriores. No balanço patrimonial, destaca-se o aumento do caixa e equivalentes de caixa, bem como a provisão para perdas de anuidades antigas que dificilmente serão recebidas. O patrimônio líquido do Conselho é significativo em relação aos seus ativos, indicando solvência. No geral, o Conselho apresentou um bom desempenho financeiro em 2022, com um superávit, aumento na arrecadação e solidez patrimonial. Em seguida, o gerente financeiro, Sr. Flávio Vidigal, destacou alguns pontos da prestação de contas: No período de 2021 a 2022, a receita do CAU aumentou em 6,39% devido ao retorno das aplicações financeiras influenciadas pela taxa SELIC, que gerou um valor de R$ 1.389 milhão. As despesas aumentaram em 25,87%, principalmente devido aos gastos com equipamentos de informática, transferências para instituições como CAUBR e ATHIS, e patrocínios. As principais fontes de receita foram as pessoas físicas, pessoas jurídicas, RRT e RTC. A maior despesa foi com pessoal e encargos, representando 58% do total. Os gráficos mostram a comparação trimestral das receitas e despesas em relação ao ano anterior. No geral, as receitas costumam ser maiores do que as despesas no início do ano, mas as despesas se tornam maiores no final do ano devido ao pagamento de anuidades, ATHIS, patrocínios e décimo terceiro. O objetivo é sempre encerrar o ano com superávit, evitando déficits. O relatório também apresenta detalhes sobre as despesas, incluindo remuneração de pessoal, serviços de terceiros, materiais de consumo e percentual gasto em cada categoria. No final, o CAU encerrou o ano com 48,36% das despesas relacionadas ao pessoal e obteve um superávit de R$ 632.681,33. Matéria colocada para discussão, a **Conselheira Rosemary Compans da Silva** observou que como o setor imobiliário está em expansão na cidade do Rio de Janeiro e no estado, e a arrecadação da RRT reflete isso, mas que, contraditoriamente, a anuidade de pessoa jurídica caiu muito em relação ao ano passado. Nesse sentido, indagou se foi feita alguma avaliação para determinar as causas da queda de arrecadação, quais foram as empresas que deixaram de pagar. O **gerente financeiro, Flávio Vidigal** respondeu que, de fato, o desconto implementado pelo CAUBR impactou a arrecadação de pessoa jurídica, mas que está havendo muita inadimplência e que o CAU tem focado na cobrança, na inscrição em dívida ativa, ou seja, usando todos os meios legais para reverter esse resultado. O contador **Ribamar do Amaral Cipriano** complementou dizendo que o aquecimento do setor imobiliário tem se dado em pequenas obras, o que é compreensível, inclusive pelo período da pandemia, quer dizer, não propriamente as empresas cresceram na execução das obras, mas o arquiteto autônomo e as pequenas obras, do interior, dados que são previsíveis, mas sem uma aferição, pesquisa focada no assunto. O **Conselheiro Vicente de Paula Alvarenga Rodrigues** indagou a respeito do crescimento efetivo do RRT, do recolhimento, tem a ver só com o reajuste do RRT, o valor do RRT e não apenas a questão do número. O **gerente financeiro Flávio Vidigal** informou que em 2021, foram arrecadados com RRT R$ 5.160.174,74. Em 2022, R$ 5.831.101,21. Então, de fato, houve um aumento não só quantitativo, não só pela correção, mas sim quantitativo também. Algo em torno de 6%. O **Conselheiro Vicente de Paula Alvarenga Rodrigues** ponderou que, em 2023, o crescimento efetivo de RRT deverá incidir nos balanços, não só por causa do reajuste, mas até pela fiscalização mais efetiva que está em curso. O **presidente Pablo Benetti** disse que concordava com a argumentação oferecida pelo conselheiro, mas que a resolução aprovada pelo CAUBR oferece um desconto de 90% para profissionais que possuem empresas, resultando em um pagamento de apenas 10% para a pessoa jurídica. Apesar de eventual queda na arrecadação, o CAU obteve um superávit de R$

632 mil, mesmo com um aumento de despesas de 25,08%. O superávit é considerado fundamental para o Conselho, mas o objetivo principal deve ser direcionar a maior parte dos recursos para atividades relacionadas à profissão, como atendimento e fiscalização. Ter um superávit não é obrigatório e não deve ser a principal preocupação do Conselho, que tem a missão de fiscalizar, orientar e disciplinar a prática profissional. A relação financeira e econômica do Conselho é considerada saudável, mas é importante priorizar o uso dos recursos para benefício da profissão. Encerradas as inscrições, a matéria foi submetida à votação, com dois votos declarados: a Conselheira Sandra Regina de B. Sayão Ferreira votou pelo chat. E o Conselheiro Luís Fernando Valverde Salandia votou sim. Total de votos: **13 favoráveis e 6 abstenções**. **Próximo item de pauta: 6.3. Debate sobre o Plano Diretor.** O **presidente Pablo Benetti** explicou que fora apresentada uma nova versão do Plano Diretor, com 215 emendas, e que o CAU teria que tentar construir junto com as outras entidades do Rio de Janeiro um posicionamento claro em relação ao plano diretor. A **Conselheira Rosemary Compans da Silva** apresentou a fase final das discussões sobre o plano diretor. A Comissão Especial do Plano Diretor da Câmara decidiu realizar novas audiências públicas devido ao grande número de emendas propostas pela prefeitura, totalizando 217 emendas significativas, tanto de correção de texto quanto de conteúdo. A expectativa é que o plano entre em votação a partir de junho, antes do recesso. Diversas entidades, incluindo o CAU, estão sendo incentivadas a se unirem para apresentar emendas conjuntas, formação de um bloco. A Fan-Rio e o IAB estão focados em quatro temas, como a manutenção dos PEUS e a inclusão do Relatório de Impacto de Vizinhança. Outros temas importantes mencionados incluem a aplicação da outorga onerosa e do IPTU progressivo, o fortalecimento do COMPUR e a questão da moradia popular no centro da cidade. As entidades estão concentrando esforços em temas específicos para fortalecer posição junto à Câmara de Vereadores. A **representante do IAB**, **doutora Marcela Abla**, discorreu sobre as discussões em torno do novo Plano Diretor do Rio de Janeiro. Algumas entidades, como o IAB (Instituto de Arquitetos do Brasil), têm participado de audiências públicas e se manifestado sobre o assunto. Existe um grupo de análise do plano diretor, no qual participam diversas entidades, universidades. Foi feita uma apresentação resumindo a análise desse grupo, levando-se em consideração as manifestações da sociedade, com o objetivo de produzir emendas ao plano. A preocupação principal é a retirada do Termo Territorial Coletivo (TTC) da composição do plano, sem solicitação nas audiências públicas. Também é destacada a importância de discutir a habitação social, o Reviver Centro 2 e a necessidade de um Plano Municipal de Habitação de Interesse Social. Outras questões abordadas são a identificação de ocupações, cortiços e áreas para habitação social, a revisão do PEU, a destinação de recursos para o desenvolvimento urbano e habitação de interesse social, a necessidade de regulamentação das Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS) e a criação de um fórum permanente para o controle social do plano diretor. O texto menciona também a necessidade de revisitar os PEUs e propor emendas, além de estabelecer prazos e um cronograma para as discussões e apresentações conjuntas das entidades envolvidas. Destacou a maior participação das entidades da sociedade civil nas audiências públicas. O **Conselheiro Lucas A. Faulhaber Barbosa** ressaltou que a conselheira Rose e a doutora Marcela abarcaram quase tudo sobre o andamento do Plano Diretor. Entretanto, ressaltou a questão do patrimônio, da ameaça às APACS, que foi um instrumento utilizado no Rio de Janeiro que preservou alguns territórios na cidade e que, no plano diretor, a proposta está meio nebulosa no que diz respeito a essas áreas, pois os índices que estão propostos são bem permissivos, destacando a necessidade de defender que os índices das APACs sejam incorporados ao zoneamento proposto do plano, não ao contrário, não as delimitações. Arquiteta Marcela Abla observou que o assunto fora muito bem lembrado pelo conselheiro Lucas, assim como a questão de o COMPUR fazer o papel de fiscalização do plano e fazer jus a que veio. O **gerente geral Ricardo Gouvêa** propôs também que se discutisse uma proposta de emenda com relação à Cota Solidariedade. E a pergunta em relação a AEIS de Vazios que achava importante

colocar a obrigatoriedade de a prefeitura no prazo de um ano fazer o levantamento de vazios também. A **Conselheira Sandra Hiromi Kokudai** destacou a importância do CAU e dos arquitetos no debate sobre a Política Urbana e o plano diretor. Segundo ela, o debate do plano diretor é uma demanda de discussão e disputa sobre a cidade e suas áreas de interesse ambiental, ressaltando a importância da Assessoria Legislativa e dos arquitetos nesse processo. Destacou também a presença do CAU na Comissão de Política Urbana e sua influência na construção da política, afirmando que o posicionamento do CAU é essencial para a compreensão e orientação dos projetos discutidos e votados. A conselheira Sandra mencionou a falta de manifestações de universidades e entidades de arquitetura em votações importantes, enfatizando a importância de alertas antecipados e do papel do CAU em diversos espaços de discussão e expressou preocupação com a emenda do Executivo em relação à gestão democrática do planejamento urbano, que retirou capítulos referentes à participação popular e audiências públicas. A conselheira Sandra sugeriu a participação de arquitetos e associações de moradores na análise detalhada do plano diretor e destacou a falta de espaços amplos de debate e participação. Por fim, a conselheira Sandra ressaltou a situação crítica de moradia na cidade e a importância de o plano diretor abordar essa questão para evitar um caos urbano, mencionando uma audiência pública sobre o projeto Reviver Centro convocada para o dia 26 de maio. A **conselheira Rosemary Compans da Silva** destacou em relação às APACS que existe uma ameaça às Áreas de Proteção Ambiental e a mudança nas áreas impróprias à urbanização proposta pela prefeitura, expressando que considera um absurdo o aumento do índice construtivo nessas áreas e ressaltou a importância de se fazer uma emenda para proteger as áreas frágeis de baixada e várzeas. Também mencionou uma emenda que permite à prefeitura construir em qualquer área de encosta, baixada, o que considera um cheque em branco e possivelmente inconstitucional e alerta para a importância de estar todos atentos e emendar esse dispositivo. **Arquiteta Marcela Abla** disse sobre a necessidade de estudar instrumentos relacionados à Cota Solidariedade que não está contemplada na política urbana e propôs fazer um levantamento desses instrumentos, assim como foi feito com outros casos em São Paulo, e discuti-los na Comissão de Política Urbana do CAU. E, em seguida, citou os instrumentos trabalhados, como outorga onerosa, regularização fundiária, Termo Territorial Coletivo, Planos Especiais de Urbanização (PEUs), Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS), Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) e outros relacionados ao direito de construir e transferência do direito de construir. Arquiteta **Marcela Abla** destacou a importância de construir em conjunto as emendas, pois o prazo estava se tornando curto para a votação das emendas propostas pelo Executivo e pelos vereadores e que a assessoria dos vereadores estaria aguardando orientações das entidades e da sociedade sobre as emendas. O **presidente Pablo Benetti** expressou muita satisfação com as apresentações feitas pelos colegas e destacou a clareza dos desafios a serem enfrentados. Propôs a elaboração de um documento em dois níveis: um. sintético, que identificasse os pontos prioritários para aprovação e que buscasse alianças políticas, especialmente em relação aos PEUs. O segundo documento seria mais extenso e abordaria todas as questões levantadas. O **presidente Pablo Benetti** destacou a importância da outorga onerosa, sugerindo negociar um prazo de carência mais curto. Propôs que as entidades envolvidas reunissem para desenvolver esses documentos, abordando tanto pontos operacionais quanto reivindicações mais abrangentes. Ele afirmou, em seguida, que o Conselho iria apresentar essa posição e convidou aqueles discordantes a se manifestarem, pois considera muito importante lutar por essas demandas, legítimas e relevantes para a sociedade. O **Conselheiro Luís Fernando Valverde Salandia** sugeriu que quando as propostas estivessem prontas que a comunicação do CAU fizesse uma divulgação, mas não do documento como um todo, mas, sim, na forma de para que se possa postar aos poucos: “Acho que isso acaba criando um movimento e facilita a comunicação do que as entidades estão propondo numa linguagem muito simples”. O **presidente Pablo Benetti** acolheu a proposta de imediato. A **Conselheira**

Rosemary Compans, em relação à proposta do presidente Pablo no que se refere aos documentos, disse ser importante avançar nessa ideia de elaboração dos dois documentos. A conselheira Rosemary abordou a contradição entre duas abordagens da prefeitura: uma que segue a Constituição e realiza o planejamento e controle do uso e ocupação do solo urbano, e outra que busca flexibilizar as regras em nome da liberdade econômica. Nesse sentido, a conselheira defendeu que o documento a ser elaborado devesse reafirmar o planejamento como um princípio democrático e ressaltar a importância dos PEUs, que surgiram como uma reivindicação dos movimentos sociais e sugeriu que a primeira parte do documento seja uma reafirmação do planejamento participativo, defendendo o direito à moradia e à urbanização. Em seguida, seriam abordadas as questões mais específicas, como o IAT e políticas setoriais. O **Conselheiro Leonam Estrella Figueiredo** ratificou a observação feita pelos conselheiros presidente Pablo e Rosemary sobre o paradoxo da prefeitura que realiza algumas ações de planejamento, mas é profundamente neoliberal. Ele destacou a importância dos PEUs como instrumento que transcende o planejamento urbano e se relaciona com questões sociológicas, de pertencimento e mobilização democrática. **O conselheiro Leonam** disse ainda que, embora alguns tópicos possam não ser alcançados, o consenso em relação ao PEU deve ser firmado, pois ele foi demonizado no passado e há uma tentativa de eliminá-lo. Dando seguimento à pauta: **7.0 Distribuição de Recurso ao plenário:** 7.1. Não há. **8.0**. **Comunicados dos Conselheiros com assuntos de interesse geral.** A **Conselheira Tereza Cristina Reis** solicitou ao presidente Pablo que promovesse uma campanha de comunicação sobre a Lei 13.425, conhecida como Lei da Boate Kiss, que afeta o CAU como órgão fiscalizador de projetos, destacou a importância de entender o objetivo da lei e a participação dos conselhos, tanto o CAU quanto o CREA, nesse processo de fiscalização. O artigo 21 da lei menciona explicitamente os conselhos, e o artigo 8º aborda a inclusão de disciplinas relacionadas à segurança contra incêndios e desastres nos cursos de arquitetura e urbanismo. Por fim, a conselheira ressaltou que é preciso informar sobre essa lei para que os arquitetos possam conhecê-la melhor, já que podem ser fiscalizados e exigidos a cumprir as exigências da legislação. A **Conselheira Ângela Botelho** convidou a todos a participarem do II Fórum do Servidor Público, que será realizado no CAU-RJ na quinta-feira 11 de maio de 2023 à tarde. O evento terá três mesas de discussão sobre temas relacionados à arquitetura pública, o planejamento das cidades e a importância de profissionais habilitados nas prefeituras, governo estadual e órgãos federais do Estado do Rio de Janeiro. O objetivo é promover um debate amplo e contar com a presença de todos os arquitetos. O presidente do CAU também estará presente na abertura, e a programação final será enviada por meio de um CARD atualizado. Nada mais havendo a tratar, o **presidente Pablo Benetti** agradeceu a presença de todos e encerrou a Reunião Plenária 005/2023. Eu, Alessandra Vandelli, Assessora Especial da Presidência, procedi à revisão da ATA lavrada por serviço terceirizado e segue assinada por mim e pelo Presidente do CAU/RJ, Pablo Cesar Benetti. **Rio de Janeiro, 9 de maio de 2023.**

Alessandra Vandelli
Assessora da Presidência CAU-RJ

Pablo Cesar Benetti
Arquiteto e Urbanista
Presidente do CAU-RJ